



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORES PF-UFES

PARECER n. 90/2024/PROC UFES/PFUFES/PGF/AGU

NUP: 23068.007894/2024-65

INTERESSADOS: COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS - CE/DAA/PROGRAD

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

EMENTA: TERMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. ART. 55 E ART. 116 DA LEI Nº 8.666/93. RESOLUÇÃO/CEPE/UFES Nº 24, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022. SEM ÓBICE JURÍDICO

Senhor Procurador-Chefe:

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de análise de termo de CONVÊNIO de concessão de estágio a ser celebrado entre a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e a rede hospitalar Kora Saúde, com o objetivo de propiciar aos estudantes matriculados e frequentes nos cursos de técnicos em enfermagem, estágio curricular obrigatório (não remunerado) e estágio não obrigatório (remunerado), pelo prazo de 60 (sessenta) meses. (Sequencial 2 - Lepisma).
2. Consta nos autos o Plano de Trabalho (Sequencial 2 - Lepisma).
3. Consta Justificativa de Interesse Institucional, apresentada e assinada pela Pró-Reitora de Graduação (Sequencial 4 - Lepisma).
4. O pedido de exame fundamenta-se no art 53, caput e § 4º da Lei 14.133/21, *in verbis*: " Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.(...)§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos."
5. É a síntese do necessário.

II - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dos Limites da Análise e Manifestação Jurídica

6. Destaca-se que a presente manifestação limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria ora proposta e de sua regularidade processual, abstendo-se quanto às outras questões não ventiladas ou aos aspectos técnicos, administrativos, econômicos e financeiros ou que exijam exercício da conveniência e discricionariedade administrativas, bem como verificação e conferência de cálculos e valores, os quais não competem à Procuradoria, mas aos serviços técnicos competentes da Administração.

7. De igual feita, assevera-se que a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas, BCP nº 07, qual seja:

"O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto."

III - ANÁLISE JURÍDICA

DO CONVÊNIO DE ESTÁGIO

8. O convênio em exame submete-se à regulamentação contida na Lei nº 11.788/08, a qual prevê, expressamente, que as instituições de ensino estão autorizadas a celebrar com entes públicos e privados, convênio de concessão de estágio, o qual não dispensa a celebração do termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino. Eis o teor dos artigos 1º, 3º e 8º, da norma referida:

"Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.(...)"

§2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no §2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do

estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. (...)

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei. Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei."

9. Além desta norma, informa-se a existência na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES de regulamentação interna, na forma da **RESOLUÇÃO 24/2022-CEPE/UFES**, que "Regulamenta os estágios nos cursos de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo".

Das responsabilidades atribuídas à Instituição de Ensino

10. Quantos às responsabilidades atribuídas à Universidade, especialmente aquelas dispostas na "Cláusula Décima Terceira - Da Responsabilidade Civil" da minuta do Convênio (Sequencial 2 - Lepisma), não há óbice jurídico à sua imposição, sendo, contudo, de competência da Administração proceder a análise de conveniência, de forma atenta, antes da assinatura do instrumento. Vejamos o que dispõe a referida Cláusula:

"CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL 13. A Universidade Federal do Espírito Santo é a responsável pelos atos ilícitos, decorrentes da prestação de serviços, praticados por seus sócios, empregados e prepostos, obrigando-se a reparar os danos eventualmente causados bem como em proceder à defesa do CONCEDENTE mesmo que a demanda seja, no seu entendimento, improcedente.

13.1 Havendo qualquer ação judicial em que o CONCEDENTE seja demandado por ato cuja ação ou omissão tenha ocorrido por preposto da Universidade Federal do Espírito Santo ou em nome desta, fica neste caso a concedente obrigada a atuar ativamente na contestação/resposta/manifestação prévia das ações a serem elaboradas pelo CONCEDENTE bem como prestar todos os atos necessários para realização das provas recomendadas no processo.

13.2 Recebida a ação judicial proposta na forma desta cláusula, deverá o CONCEDENTE dar ciência à Universidade Federal do Espírito Santo de seus termos, cabendo à Universidade Federal do Espírito Santo elaborar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, minucioso relatório indicando os elementos necessários à defesa como também apresentando os documentos necessários à sua instrução.

13.3 Deverá a Universidade Federal do Espírito Santo providenciar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da solicitação, custeio de eventual prova pericial, indicação e custeio de assistente técnico bem como a elaboração de quesitos técnicos em caso de recebimento de ação judicial proposta em face do CONCEDENTE que guarde pertinência e nexos de causalidade com o objeto deste Contrato.

13.4 As obrigações descritas nesta Cláusula serão devidas mesmo que a ação seja, segundo avaliação da Universidade Federal do Espírito Santo, descabida, ilegítima ou improcedente, ficando desde já ajustado que em momento algum o CONCEDENTE deverá ressarcir ou indenizar os custos aplicados pela Universidade Federal do Espírito Santo em razão das obrigações descritas nesta Cláusula.

13.5 Eventualmente, se a Universidade Federal do Espírito Santo não elaborar relatório, apresentar documentos, custear a prova pericial, indicar assistente técnico, elaborar quesitos para perícia ou atender qualquer solicitação do CONCEDENTE visando à defesa judicial desta(s) no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da data da solicitação, é faultado ao CONCEDENTE adotar as medidas que se fizerem necessárias para tentar suprir a omissão, sem prejuízo da obrigação da Universidade Federal do Espírito Santo em indenizar o CONCEDENTE.

13.6 As mesmas regras atribuídas à Universidade Federal do Espírito Santo, de igual modo, serão atribuídas ao CONCEDENTE caso a Universidade Federal do Espírito Santo venha a ser

arrolada no polo passivo de uma ação judicial por ato praticado por prepostos do CONCEDENTE.

13.7 Estando ambas as Partes como demandadas na mesma ação judicial, fica ajustado que os custos da defesa e das provas serão, provisoriamente, rateados entre o CONCEDENTE e a Universidade Federal do Espírito Santo, devendo ambas as Partes apresentarem os relatórios descritos nesta Cláusula.

13.8 A fiscalização ou acompanhamento da execução deste Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade de qualquer das Partes.

13.9 O profissional que for suspenso ou afastado por suspeita de má conduta ou que esteja sob efeito de qualquer tipo de investigação administrativo/criminal, não poderá atuar nas dependências do CONCEDENTE ou em qualquer unidade da Cia. Kora Saúde, enquanto não encerrada todas as fases investigativas, administrativas ou judiciais, cujo resultado será avaliado pelas contratantes que a seu exclusivo critério definirá acerca do retorno ou não do profissional às suas atividades."

IV - CONCLUSÃO

11. Em conclusão, a Procuradoria Federal junto à UFES, órgão de execução da Procuradoria Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União – AGU, opina favoravelmente à assinatura do termo, desde que observadas as recomendações constantes no item 10 deste parecer.

12. Adotadas ou não as providências recomendadas, não incumbe pronunciamento subsequente desta Procuradoria para verificação do cumprimento das recomendações consignadas, conforme Enunciado nº 05 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, nada obstando seja formulada nova consulta com indicação de dúvida jurídica específica.

À consideração superior.

Vitória, 01 de março de 2024.

OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO
PROCURADOR FEDERAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23068007894202465 e da chave de acesso d72d3d2a



Documento assinado eletronicamente por OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1424610886 e chave de acesso d72d3d2a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 01-03-2024 14:24. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
